
059ª SESSÃO ORDINÁRIA - 10JUL2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para um Requerimento.

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Clóvis Stenzel.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a assinalar o transcurso do 70º aniversário da participação da FEB – Força Expedicionária Brasileira, na 2ª Guerra Mundial, nos termos do Requerimento nº 064/14, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa o Exmo. General de Brigada Luciano José Penna, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sul; e o Sr. Jorge Krieger de Mello, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Veteranos da FEB/ Regional Porto Alegre e nosso Cidadão Honorário.

Neste momento, convido todos os presentes a cantarem o Hino Nacional Brasileiro, executado pela Banda do 3º Batalhão de Polícia do Exército, sob a regência do Tenente Luis Pedro Pires Fernandes.

(O Hino Nacional é executado pela Banda do 3º Batalhão de Polícia Exército.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Queremos registrar também, com muita alegria, a presença do Sr. Emir Benedetti, 1º Tesoureiro da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, e dos veteranos da FEB Adão Vieira de Aguiar, Armando Veiga Marques, Luiz Alves de Souza, Manuil Piegas, Nestor Antônio Santos, Oudinot Willadino, Pedro Ardenghi e Tadeu Cerski. Agradecemos a esses veteranos, que, há 70 anos, participaram da 2ª Guerra Mundial.

(Procede-se ao toque de corneta aos expedicionários.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Neste momento, solicito ao Vice-Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, que assuma a presidência dos trabalhos para que eu possa fazer um pronunciamento em nome da Casa.

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PROFESSOR GARCIA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ouvindo o clarim, lembrei que, na minha infância, cantávamos muito isso: “Por mais terras que eu percorra, queira meu Deus que eu não morra antes de voltar para o Brasil.”

A história dos brasileiros que lutaram na Itália teve participação voluntária e contou com pleno apoio da população. Mais de 500 brasileiros foram vítimas, mortos em decorrência do torpedeamento de seis navios que serviam à navegação de cabotagem, trafegando a poucas milhas da costa e realizando a ligação entre as regiões Sul, Sudeste e Nordeste, consistindo na única ligação entre os extremos do Brasil.

Desde o começo de 1941, o Brasil já assumia uma postura cada vez mais favorável aos norte-americanos, situação que se tornou escancarada após o ataque japonês a Pearl Harbor. O Brasil tomava a sua decisão, que seria ratificada na III Conferência de Consulta, realizada em janeiro de 1942, e que, no dia 28, resultou no rompimento de relações diplomáticas das Repúblicas Americanas com os países do Eixo.

Em resultado aos ataques realizados na costa brasileira, que mobilizaram a população, que saiu às ruas em protesto, finalmente o Brasil oficializava a sua entrada na guerra. Participando do esforço de defesa do Nordeste do Brasil, patrulhando o Atlântico Sul em busca dos submarinos inimigos e prestando segurança aos mercantes, que levavam

importantes recursos para suprir o esforço de guerra aliado... Logo a recém-criada Força Aérea Brasileira estava voando caças P.40, bombardeiros B.25 e aeronaves de patrulha Ventura e Catalina. O Exército Brasileiro recebia carros de combate, peças de artilharia e diversos veículos; e a Marinha do Brasil passaria a operar navios de guerra submarina. Apesar da recusa inicial dos ingleses, a persistência brasileira e o apoio americano resultaram, a partir de 1943, na seleção e preparo de uma força brasileira que tomaria lugar no *front* do Mediterrâneo. Mais do que a manutenção do fluxo de material bélico para o Exército, o envio desta força representou o importante aprendizado de novas técnicas de combate e, ainda, marcou na memória dos italianos a presença dos brasileiros na luta contra o nazifascismo. Em fins de 1944, chegou à Itália o primeiro escalão de um total de cinco, que somaram 25 mil expedicionários brasileiros, que tinha como missão romper a Linha Gótica, que se constituía na última defesa nazista na Itália, antes de se entrar em território alemão, libertando as cidades de Massarosa, Camaiore e Monte Prano, tendo, a seguir, combatido nos Apeninos e sofrido com os rigores do inverno. Em Monte Castelo, os pracinhas, como eram chamados os soldados brasileiros, enfrentaram mais do que as “lurdinhas” dos “tedescos” - como eram chamadas as metralhadoras MG.42 - e os alemães, respectivamente, uma vez que o inverno viera com rigor. As três tentativas de se tomar a posição alemã em Monte Castelo, realizadas em dezembro de 1944, fracassaram. Porém, com o fim do rígido inverno, os brasileiros, mais uma vez, tentaram o feito, o que foi conseguido em fevereiro. A atuação brasileira no conflito não se limitou ao envio de soldados à Itália, uma vez que também foi enviada uma esquadrilha de observação, a 1º ELO, encarregada em prestar apoio à artilharia expedicionária da FEB. Embora a tomada do Monte Castelo seja a mais conhecida das ações realizadas pelos brasileiros na 2ª Guerra Mundial, houve outros momentos de glória para os expedicionários brasileiros, em especial durante a Ofensiva da Primavera de 1945, a última grande operação aliada na Itália. Foi neste período que os militares da 1º Divisão de Infantaria Expedicionária e os pilotos do 1º Grupo de Aviação de Caça provaram que os brasileiros não estavam na Itália apenas para passear, mas, sim, para lutarem com bravura e provarem seu valor. A FEB lutou em duas frentes, a primeira no Rio Serchio, no outono de 1944; e a segunda e mais difícil, a do Rio Reno - na Itália, não na Alemanha -, ao norte de Pistoia, na Cordilheira dos Apeninos. Partindo do Quartel General de Porreta-Terne, a FEB conquistou o Monte Castelo em 22 de fevereiro, e

Montese no dia 14 de abril. A campanha brasileira na Itália concluiu-se a 2 de maio de 1945, quando foi declarado o cessar fogo no *front* italiano. De um total de 25.445 soldados enviados ao *front*, o Brasil contabilizou 443 baixas e cerca de 3 mil feridos. Sobre a composição da tropa, que consistiu em uma Divisão da Infantaria Expedicionária, 98% dos oficiais eram militares de carreira, enquanto os praças, 49% eram civis, que foram recrutados para a luta.

Quando comparado ao esforço empreendido por outras nações, que enviaram bem mais que uma Divisão de Infantaria de um Esquadrão de caças-bombardeiro, os números da participação brasileira se revelam modestos, porém, ao considerarmos o contexto em que as Forças Armadas Brasileiras se encontravam na década de 1930: com material bélico defasado e obsoleto, em quantidades insuficientes para prover a mínima defesa ao país; e, ainda, a doutrina da tropa ainda estava sob a influência da missão militar francesa dos anos 1920, não podemos ignorar as conquistas alcançadas pelos brasileiros, especialmente nas batalhas de Montese - combate em ambiente urbano, onde cada janela pode abrigar uma metralhadora - e Monte Castelo - combate em montanha -, onde os soldados colheram importantes resultados com o mínimo de baixas.

Quero ressaltar ainda os dados referentes à FEB: efetivo, 25.334 homens; prisioneiros capturados, 20.573; integrantes da FEB aprisionados pelo inimigo, 35; feridos no teatro de operações, 2.722; mortos e ainda não recuperados, 23, sendo que 10 foram enterrados como desconhecidos.

Senhoras e senhores, este é um simples relato, mas com alegria queremos registrar a história que os pracinhas realizaram há 70 anos.

Em nome da Câmara de Vereadores, quero parabenizar a todos, e dizer que a luta de vocês não foi em vão, produziram, ao longo destes 70 anos, um Brasil melhor e maior.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Registro a presença do Sr. Júlio César Benitez Teixeira, Presidente da Liga da Defesa Nacional do Rio Grande do Sul.

(O Ver. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Mario Fraga está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Nereu D'Avila.

O SR. MARIO FRAGA: (Saúda componentes da Mesa e demais presentes.) Não poderia deixar passar esta data e parabenizar a Mesa Diretora da Casa, na pessoa do Ver. Professor Garcia, que faz esta homenagem, Ver. Nedel. Hoje temos facilitado os meios de locomoção, de telefonia, o sistema todo, imagina a gente voltar 70 anos. É quase impossível imaginar isso, Ver. Professor Garcia, quando a Mesa propõe esta homenagem de 70 anos. Não me lembro se fizemos aqui a homenagem nos 60 anos, uma vez que a Casa pode fazer homenagem de cinco em cinco anos, mas 70 anos é uma data significativa, por isso pedi a palavra, e agradeço ao Ver. Nereu D'Avila, que me cedeu este tempo; são poucos os tempos, os Vereadores não conseguem falar todos aqui, mas eu queria fazer esta bela homenagem e dar os parabéns à Mesa Diretora. Setenta anos da Força Aérea Expedicionária é um momento que merece ser vivido pela nossa cidade de Porto Alegre. Todos sabem que eu sou de uma “cidadezinha” dentro de Porto Alegre, que é o nosso bairro Belém Novo – depois eu conto a história de Belém Novo.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu quero que V. Exa. faça a gentileza de falar também em nome do Democratas, que se sente muito bem representado no pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. MARIO FRAGA: Muito obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. O Ver. Reginaldo Pujol, que tem uma trajetória nesta Cidade e em todo o Estado, conhece o que eu falo de Belém Novo, que é onde eu nasci e vivo há 58 anos. Para nossa felicidade, Ver. Reginaldo Pujol – veja como foi feliz a sua delegação para que eu fale em nome do Democratas –, nós temos aqui o seu Adão Vieira de Aguiar, uma figura simbólica de Belém Novo, que viveu quase toda a vida lá. Não há quem não conheça o Capitão Adão. É uma figura muito nossa, Professor Garcia, de Belém Novo. Está ali o Capitão Adão Vieira de Aguiar – é um sobrenome nosso lá; Vieira de Aguiar, tem alguns nomes de ruas, de parentes do Capitão que já fazem parte da nossa história.

Então, eu venho à tribuna para dar parabéns à Mesa Diretora e a nós todos que aprovamos esta homenagem: 70 anos. Imagine há 70 anos, Ver. Reginaldo Pujol, como

era o nosso sistema de comunicação, de locomoção. E essas pessoas todas foram e voltaram, representaram muito bem o Brasil. Muito obrigado e parabéns! (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Mario Fraga.
O Ver. Guilherme Socias Villela está com a palavra em Comunicações.

O SR. GUILHERME SOCIAS VILLELA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sr. Presidente, Professor Garcia, nós temos textos de homenagens semelhantes, nós não combinamos nada, nem poderia ser diferente, porque a história é uma só. Eu cataloguei alguns excertos da Canção do Expedicionário da 2ª Guerra Mundial de autoria de Guilherme de Almeida, denominado “O príncipe dos poetas brasileiros”. Diz algo assim: “Você sabe de onde eu venho? Venho do morro, do Engenho, das selvas, dos cafezais (...) Por mais terras que eu percorra, não permita Deus que eu morra, sem que volte para lá”.

Jovens brasileiros haviam sido mobilizados nos diversos recantos do País. Eram os pracinhas que vinham – novamente volto ao texto de Guilherme de Almeida – “dos cafezais, da boa terra do coco (...) das praias sedosas, das montanhas alterosas, dos pampas (...) do luar do meu sertão”, enfim, de sua pátria brasileira. E confiavam - e volto ao texto - na “mira do seu fuzil, na ração do seu bernal e na água do seu cantil”.

Componentes do Exército Nacional e da recém-criada Força Aérea Brasileira - FAB, os pracinhas haviam sido recrutados para compor a Força Expedicionária Brasileira - FEB. Enfrentaram as forças do Eixo Alemanha e Itália, o Japão não era participante do teatro de guerra europeu. Os pracinhas foram vitoriosos nas batalhas de Massarosa, Camaione, Castelnuovo, Montese e Monte Castello, dentre outros territórios italianos. Nessas batalhas, 16 aviões da FAB foram abatidos em combates aéreos. Nelas houve milhares de baixas de brasileiros por ferimentos e mutilações ocorridas em combates, muitos dos quais morreram ou ficaram incapacitados para a vida civil.

Observe-se que no contingente da FEB também estavam incorporados intelectuais, dentre outros, Celso Furtado, Clarice Lispector e Jacob Gorender. Os mortos foram sepultados em Pistoia, na Toscana italiana, mais tarde seus restos voltaram para o Brasil.

Sabe-se ainda que os submarinos do Eixo, antes e depois da posição política internacional do Brasil, provocaram o afundamento de navios mercantes nacionais com milhares de naufragos e mortos. Todavia, o Presidente Getúlio Vargas, após reflexões políticas, decidiu apoiar os aliados. Importa dizer que essa decisão também fora uma decorrência de acordos bilaterais. Neles aparece o financiamento norte-americano para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN e também, mais tarde, o financiamento para a Companhia Vale do Rio Doce.

Sr. Presidente, Professor Garcia, pode-se dizer que os pracinhas brasileiros da Força Expedicionária Brasileira foram precursores da industrialização nacional, e não podem ser esquecidos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Professor Garcia, que também preside a Mesa Diretora que propôs esta homenagem pelos 70 anos da participação da Força Expedicionária Brasileira - FEB na 2ª Guerra Mundial. Há 70 anos, eu tinha dois anos de idade, portanto, conheço a história. Devemos, cada vez mais divulgá-la, porque a gente, Ver. Idenir Cecchim, esquece esse imenso trabalho que os pracinhas realizaram em favor da paz mundial.

Quero, em nome da minha Bancada - do ilustre Ver. Guilherme Socias Villela, do Ver. Kevin Krieger, e também em nome da Ver.^a Mônica Leal, que virá mais tarde, mas me solicitou para cumprimentar os pracinhas e também a Associação Nacional dos Veteranos da FEB/Rio Grande do Sul -, cumprimentar o Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sul, Luciano José Penna, General de Brigada, e dizer que acompanhei o trabalho espetacular que o Comando Militar do Sul realizou na segurança da Copa do Mundo aqui em Porto Alegre. Fiquei, realmente, impressionado com a organização, com a logística, com a inteligência desse trabalho. Meus cumprimentos a todos os seus comandados e aos militares, aqui presentes, que estavam na retaguarda cuidando da nossa segurança em vários e em muitos pontos estratégicos e de alta relevância na segurança da nossa Cidade.

Quero também cumprimentar o Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, Seccional do Rio Grande do Sul, pelo seu trabalho de manutenção, de incentivo da nossa Associação, que ontem recebeu da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a Medalha da 53ª Legislatura. Realmente, é uma iniciativa, uma homenagem que resgata essa memória e esse trabalho dos nossos queridos pracinhas, estão muitos aqui e nos honram com sua presença nesta Casa do Povo.

Portanto, Dr. Jorge Krieger de Mello, V. Exa., que é Cidadão Honorário de Porto Alegre e cidadão original de São Luiz Gonzaga, meu conterrâneo, também Cidadão de Passo Fundo, também Cidadão de São Leopoldo, a sua trajetória honra a cidadania rio-grandense. Meus cumprimentos, Dr. Jorge Krieger de Mello!

Encerrando as minhas homenagens, quero cumprimentar nossos bravos pracinhas. Muito obrigado por defenderem nossa Pátria, hoje com tanta necessidade. Quero cumprimentar os militares aqui, que, recentemente, tivemos a oportunidade de visitar o Comando Militar do Sul e de conhecer o imenso trabalho dos senhores lá. Recebam os cumprimentos da Bancada do Partido Progressista, nesta Casa, onde Ver. Guilherme Socias Villela já falou, e eu também falo em nome dos outros senhores Vereadores. Muito obrigado. Meus parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Quero registrar a presença também entre nós do Sr. João Pedro Paz, que também esteve naquela ação da FEB. Registro também a presença do Cel. Cantagalo, representante do Exército nesta Casa.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

O SR. IDENIR CECCHIM: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu, infelizmente, não pude servir ao Exército, nem às Forças Armadas por fazer parte de um município não tributável: eu era da roça, agricultor de Ibiraiaras e fui dispensado de prestar o serviço militar. Mas nem por isso deixei de saber da importância das Forças Armadas, Instituição que não depende de quem estiver no Governo. Ela é uma Instituição que serve à Pátria e não aos Governos. As Forças Armadas foram chamadas, há 70 anos, para fazer o seu papel, o de contribuir para a democracia no mundo, e eles foram à Itália. Eles foram combater em nosso nome, em nome do Brasil. Mesmo aqueles que não

têm 70 anos ainda, mesmo que estejamos próximos disso, eles nos defenderam também, antes de termos nascido, porque defendiam a nossa Pátria, o nosso Brasil, e as Forças Armadas fazem isso, meu caro General, para a honra de todos nós, até hoje. Que bom que nós estamos comemorando, junto com os 70 anos de participação na 2ª Guerra Mundial, 70 anos sem guerra com o inimigo externo. Nós devemos fazer essa comemoração. Nós somos um País de paz, mas estamos preparados. As nossas Forças Armadas estão preparadas, no momento em que forem chamadas, seja para contribuir com algumas nações que precisam, como o Haiti, seja para ajudar na segurança de grandes eventos internacionais ou para contribuir na reorganização da segurança do Rio de Janeiro e de todo o Brasil, onde elas são necessárias. Ou seja, as Forças Armadas são chamadas e cumprem com o seu papel.

Então, General, em meu nome, da Ver.^a Lourdes Sprenger, do Ver. Valter Nagelstein – que não se faz presente hoje – e do Ver. Professor Garcia, que é nosso companheiro e já falou também, queria deixar aqui o nosso reconhecimento pelo trabalho do dia a dia dos soldados do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. E dizer aos pracinhas que aqui estão que não foi em vão que aqueles brasileiros estiveram na Itália lutando há 70 anos. Valeu a pena, e vale a pena ter orgulho de ser brasileiro e ter coragem para defender os cidadãos brasileiros, para defender a Pátria brasileira. Salve o Brasil, salvem as Forças Armadas do Brasil!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereador.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Tarciso Flecha Negra.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero cumprimentar, em especial, meus companheiros lá da PE, nós que a servimos em 1974, 1975 e temos uma admiração muito grande pelo 3º Batalhão de Polícia do Exército.

E claro, General, eles já sabem o que eu vou falar, então eles já ficam se mexendo - o Coronel Cantagalo já está nervoso lá. Quero fazer o registro da Cavalaria, Coronel, da

nossa Cavalaria - quem foi cavalariano, sempre cavalariano será, para o resto da vida - e da Cavalaria Brasileira.

Na mesma linha dos meus colegas, aqui nesta Casa que representa o povo de Porto Alegre, na verdade os senhores estão recebendo esta homenagem da cidade de Porto Alegre, representada pela Câmara de Vereadores. O Brasil, com certeza, está seguro na mão dos senhores.

Presidente, nós, seguidamente, fazemos homenagem às forças de segurança, à Brigada Militar, à Polícia Civil, ao Exército, e eu estava pensando de, numa oportunidade, falarmos sobre a possibilidade de homenagearmos a Marinha e a Aeronáutica também, que são forças que, juntamente ao Exército Brasileiro, nos dão esta segurança para que possamos dizer que o Brasil, ainda que muitos falem que não, é um país seguro, graças à respeitabilidade e à existência das Forças Armadas como um todo.

O Exército, neste momento, vem fazendo um trabalho como sempre fez, mas eu quero, amigo Krieger de Mello, fazer um registro em nome dos flagelados do Rio Grande do Sul, em especial lá de Iraí, minha terra, onde o Exército está dando um apoio. Então, um agradecimento ao Exército por estar lá ajudando aquela população. E a cidade de Iraí, segundo consta, tem a segunda maior enchente de toda a história. Portanto, o que o Exército está fazendo lá hoje é de suma importância e, com certeza, a população está se sentindo mais segura e mais protegida com o trabalho que os senhores vêm desenvolvendo. Mas, Cecchim, eu também vim da colônia. Só que, em Iraí, naquela época, em um ano servíamos em São Borja – que foi o meu caso, no 2º Regimento de Cavalaria, Regimento João Manoel – e, no outro ano, em Santiago; também em Santa Maria, naquela oportunidade. Eu fui contemplado e, no período, em 1973, servi em São Borja.

Sempre vale a gente recordar. Os senhores devem recordar momentos tristes - e nós estamos aqui para fazer esse registro e para entender profundamente isso -, mas também de muito orgulho por terem feito o que os senhores fizeram. Cada um de nós, que passamos pelas forças militares, tem uma historinha para contar, e eu vou contar a primeira.

Quando cheguei em São Borja, não conhecia absolutamente nada do Exército – são quase 600 quilômetros entre Iraí e São Borja. De manhã cedo, os ônibus foram chegando, Prefeito Villela, e o soldado mais antigo se aproximou de mim e perguntou “vai querer

tomar café?"; eu disse "sim", e ele respondeu "então me dá 10, pega o copo e entra naquela fila ali" – digo 10 porque não sei qual era moeda da época. Eu, prontamente, fiz aquilo, o que me marcou muito, porque foi a primeira instrução para eu ficar mais esperto. Cumprimento a todos os senhores, as senhoras, os familiares; com certeza, todos sentem muito orgulho dos senhores pelo que fizeram, pelo que representam para as Forças Armadas Brasileiras, pelo que representam para nós enquanto sociedade. Parabéns! E parabéns, Presidente, por ter tomado a iniciativa. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereador.

O Sr. Jorge Krieger De Mello, Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – FEB, cidadão honorário de Porto Alegre, está com a palavra.

O SR. JORGE KRIEGER DE MELLO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ao serem distinguidos com Sessão especial desta Câmara, os veteranos da FEB, ainda remanescentes por seu procurador regional, agradecem a deferência que nos foi outorgada comemorando os 70 anos de nossa participação na 2ª Guerra Mundial.

Historicamente, é necessário que relembremos passagens da heroica participação de nosso Exército na defesa da liberdade e da democracia dos povos. Em novembro de 1943, o Presidente Getúlio Vargas criou a Força Expedicionária Brasileira, sendo nomeado Comandante da 1ª Divisão de Infantaria do Exército o General João Batista Mascarenhas de Moraes. Na época, alguns jornais políticos e até chefes militares acreditavam que toda a campanha cívica pela entrada na Guerra não passava de uma jogada política do Governo. Muitos diziam que era mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil enviar tropas para a Guerra. Para surpresa dos cépticos, a cobra fumou! Por isso, com orgulho, temos o emblema da cobra fumando.

No dia 2 de julho de 1944, aproximadamente 5 mil homens, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes, embarcaram no navio americano General Mann, com destino ao Porto de Nápoles, no Sul da Itália. Tudo foi mantido no mais absoluto sigilo, pois se temia que submarinos alemães pudessem interceptar as comunicações e torpedear os navios, como já o fizeram anteriormente, com vários navios mercantes brasileiros em nossa

costa, onde pereceram aproximadamente 600 homens. A Força Expedicionária Brasileira participou com 25.334 combatentes recrutados em todos os Estados da Federação, incluindo 25 capelães, 28 funcionários do Banco do Brasil - ao qual temos a honra de pertencer -, 67 enfermeiras e 15 convocados pela Justiça Militar.

Os gaúchos se engajaram na primeira Divisão de Infantaria Expedicionária que contou com 1.579 combatentes. De Porto Alegre, participaram homens oriundos das seguintes unidades: do Colégio Militar, o Capitão Yedo Jacob Blauth; do CPOR os Tenentes Edu Vargas Magalhães Pires, Carlos Pinto da Silva e Cícero Castelo Branco, falecido no corrente ano. Do Batalhão de Saúde, Capitão Adão Vieira de Aguiar e Arno Dietrich. Do 7º BC, da Praça do Portão, apresentaram-se 70 voluntários, entre eles, Ramão de Almeida Ferreira, Arthur Lourenço Stark, que morreu em combate, Fernando Farias, Florivaldo Cavalheiro Flores, Antonio Maieski, Manuil Goethel Piegas e outros que partiram de unidades militares sediadas no Interior do Estado e que também estão sendo alvo desta homenagem.

Na primeira fase de operações, na Itália, obtivemos a primeira vitória em Camaione, no dia 18 de setembro de 1944. No prosseguimento pelo Vale do Rio Serchio, avançamos 40 quilômetros, efetuamos 208 prisioneiros e conquistamos várias elevações, vilas e cidades como Montes Prano e Acuto, Massarosa, Fabrice, Fornaci, Gallicano, Barga e San Quirico. A segunda fase, já ao longo do Vale do Rio Reno, na região dos contra-fortes de Belvedere, Monte Castelo e Castelnuovo, foi a mais terrível da Campanha Expedicionária. Em 21 de fevereiro de 1945, após 12 horas de batalhas e 3 meses de ingentes esforços que nos roubaram 263 preciosas vidas e nos fizeram mais de mil feridos, a vitória foi alcançada com a conquista de Monte Castelo. Em 5 de março conquistamos as elevações de Torre di Nerone e Castelnuovo. Na terceira fase, passamos a operar no corte do rio Panaro, quando se travou, em 14 de abril, a mais sangrenta de todas as batalhas, a batalha de Montese. Na ocasião, capturamos 107 prisioneiros e sofremos 426 baixas. Ainda conquistamos as localidades de Marano e Vignola até Zocca. Em 27 de abril, enfrentamos feroz resistência inimiga em Collecchio-Fornuovo-Respício. Os combates duraram a noite inteira, tendo sido enviado um *ultimatum* de rendição incondicional aos alemães, o que depois de longas tratativas, foi aceita. Amanhecia o dia 30 de abril quando se deu a rendição, frize-se, em combate, da 148ª Divisão de Infantaria do Exército Alemão e remanescentes da 90ª Divisão Panzer Granadier e Bersagliere Itália. A história

pág. 12

naquele momento registrava fato ímpar. O único país, a única tropa da América do Sul que lutava nos campos da Itália, rendia e dominava os super-homens nazistas. E, nós, com todas as adversidades nós conseguimos aprisionar 14.477 prisioneiros alemães, 400 cavalos, 2.000 veículos e muita munição. Enfim, nós rendíamos... A Companhia de soldados sul-americanos, brasileiros, rendiam as forças poderosas do eixo.

No dia 8 de maio, quando a paz foi assinada, nós, os brasileiros pudemos ver que nos campos, nas planícies, nas montanhas da Itália, a Força Expedicionária Brasileira rendeu todos aqueles poderosos e mereceu o reconhecimento, inclusive, o General Greenberg era do 5º Exército, e disse, então, em seus elogios: se há alguém dessas tropas, aqui presentes, que eu possa elogiar, são realmente as Forças Armadas Brasileiras que lutaram, como nunca, nessa guerra. Portanto, Sr. Presidente, senhores componentes da Câmara, essa é a história de um povo e vocês são a história viva desse povo. Agora, esta Câmara já demonstrou muito reconhecimento para a nossa entidade, para os nossos heróis. Desta Câmara partiram duas denominações de alamedas: a Alameda Expedicionária Arthur Lorenço Stark, que morreu em combate; e também a alameda que fica em frente ao Monumento dos Expedicionários, Alameda General Yeddo Jacob Blauth, o nosso herói que também foi o nosso Presidente da Associação.

Então, nós podemos dizer que esta Câmara é realmente reconhecida em diversos momentos, não só nos 70 anos dessa vitória. Aos senhores dirigentes, ao Sr. General, leve ao General Mourão, a nossa palavra de agradecimento à Câmara e às Forças Armadas por tudo que têm feito e que nós procuramos resgatar da Força Expedicionária Brasileira. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Sr. Jorge Krieger de Mello.

O Sr. General de Brigada Luciano José Penna, Chefe do Estado Maior do Comando Militar do Sul, está com a palavra.

O SR. LUCIANO JOSÉ PENNA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.)

Eu gostaria de externar, Sr. Presidente, a minha honra de estar participando desta Sessão em que se homenageia os 70 anos da Força Expedicionária Brasileira. Eu mesmo sou filho de um ex-combatente, isso, para mim, é motivo de muito orgulho. Mas o que

dizer mais da nossa FEB, a qual já foi tão bem explanada aqui desta tribuna hoje por todos os que me antecederam. Talvez uma mensagem: “A cobra continua fumando”. Os nossos pracinhas, muitos deles aqui presentes, arrostaram toda sorte e dificuldades para combater na Itália, enfrentaram os rigores do clima europeu, um clima gélido; enfrentaram a dificuldade de adaptação ao novo ambiente operacional junto a tropas muito mais aguerridas e bem preparadas, como a Divisão de Montanha, americana; adaptaram-se aos jogos materiais, à nova doutrina e venceram o inimigo aguerrido, preparado e que combatia em posição fortificada.

O Exército de hoje também enfrenta dificuldades de toda ordem, entretanto estamos sempre presentes com a nossa mão amiga, como já foi lembrado aqui também, ajudando a nossa população que passa por dificuldades, e, nas ocasiões que assim exigem, apresentando o braço forte, que defende a nossa Pátria. Essa é a nossa missão constitucional da qual não abrimos mão e para a qual estamos sempre preparados.

Eu gostaria então de apresentar, em nome do General Mourão, os agradecimentos à Câmara Municipal de Porto Alegre por esta iniciativa na pessoa de seu Presidente, e dizer que o Exército Brasileiro é parte e extrato dessa sociedade a qual está muito honrado em servir e servir sempre.

Eu gostaria de concluir as minhas palavras com um gesto de homenagem a esses pracinhas que aqui estão, um gesto que demonstra a consideração, o apreço do soldado de hoje para o soldado de outrora. Aos pracinhas aqui presentes a minha mais respeitosa continência. (Presta continência aos pracinhas presentes.)

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, General. Neste momento, convido todos os presentes a cantarem o Hino Rio-Grandense, e, em ato contínuo, a Canção do Expedicionário.

(O Hino Rio-Grandense e a Canção do Expedicionário são executados pela Banda do 3º Batalhão de Polícia Exército.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Agradecemos a presença das senhoras e dos senhores e damos por encerrada esta homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h25min.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (15h35min) Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Estimado Presidente, Ver. Professor Garcia; caros colegas, quero me somar, mesmo que extemporaneamente - após a solenidade -, aos registros feitos nesta belíssima solenidade em homenagem aos 70 anos da nossa Força Expedicionária Brasileira, que emocionou a todos. Essa homenagem me emociona por dois motivos, Prefeito Villela: primeiro, porque todos os meus ascendentes paternos, os avós do meu pai, foram exterminados em campos de concentração e também diversos familiares do meu avô materno, e, segundo, porque a FEB se juntou às forças que foram derrotar o fascismo, derrotar as forças autoritárias nazistas, defendendo a democracia. Acho que é este o sentido humanístico e democrático da participação da FEB nas duas Grandes Guerras. Aliás, estamos passando pelas lembranças históricas dos 100 anos da 1ª Guerra e dos 70 anos da 2ª Guerra, e, nas duas oportunidades, o Exército Brasileiro esteve na luta, ao lado das forças democráticas do mundo, que se uniram contra os regimes fascistas e totalitários. Isso é motivo digno de orgulho para todos nós. Vejo alguns adolescentes no nosso plenário, e é muito importante que possamos saber que hoje o direito que temos de falar o que pensamos, de exercitar a liberdade, deve-se muito a pessoas como essas que estiveram aqui no nosso plenário hoje, que serviram lá na Itália às Forças Aliadas na 2ª Guerra Mundial. Então, realmente é um momento digno de nota e de emoção.

Eu quero ainda fazer o registro de mais uma atividade que nós fizemos hoje pela manhã, da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, Ver. Nedel, que também faz parte da nossa Comissão. Nós estamos elaborando o primeiro mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos, como eu já relatei aqui diversas vezes. E vai ficar marcado para a História o tema que nós tratamos hoje, que é organização dos dados entre a

Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura de Porto Alegre. Os dois sistemas não se falam. E, infelizmente, ainda hoje o próprio sistema da Brigada não fala com o da Polícia Civil. Os bairros, por exemplo, são diferentes. Na hora que o cidadão vai fazer um registro para a Brigada Militar, muitas vezes aparece um nome de bairro, para a Polícia Civil aparece outro, e a Prefeitura trata como outro bairro. Isso traz um problema que, na minha opinião, é o mais grave da Segurança pública. O caminho para reduzirmos a violência é uma Polícia inteligente, é uma Polícia com capacidade de análise de dados. Se no século passado a característica das forças policiais e das forças armadas foi o uso da força, no século XXI é o uso da inteligência. Nós temos que potencializar o efetivo policial que nós temos com inteligência e base de dados.

O Sr. João Carlos Nedel: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ilustre Ver. Alberto Kopittke, quero cumprimentá-lo porque a nossa Comissão está trabalhando com muita inteligência para que essas dessintonias não mais aconteçam. Eu também quero cumprimentá-lo – e lamentavelmente não pude estar presente – pela visita ao Comando de Segurança da nossa Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul. Mas eu estive no Comando Militar do Sul e eles me falaram da perfeita integração entre o trabalho da Secretaria de Segurança, tanto da Polícia Civil como da Brigada Militar, também com a Prefeitura Municipal e o Comando Militar do Sul. Graças a esse trabalho, a Copa pôde se realizar com segurança em nossa Capital. E, eu tenho certeza, que V. Exa. e a nossa Comissão estão também colaborando com isso. Meus cumprimentos.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Eu lhe agradeço muito, Ver. Nedel, pelas palavras que transmitem exatamente o sentido do trabalho que nós todos estamos fazendo, superando diferenças partidárias e buscando, efetivamente, a modernização dentro dos parâmetros de uma polícia, de uma segurança pública democrática do século XXI. Então, acho que foi um momento muito importante a discussão de hoje pela manhã, assim como a visita ao novo Centro Integrado de Comando e Controle que, em outra oportunidade - a Ver.^a Mônica também esteve lá presente -, trarei as fotos para que todos possam conhecer este que, na minha opinião, é o grande legado da Copa do Mundo para o nosso Estado. As pessoas ainda não têm o conhecimento, a dimensão do salto estratégico e de inteligência,

realmente, que a Segurança pública ganhou com a Copa do Mundo, e é importante que todos possamos conhecer e difundir esse tipo de informação e lutar para que este caminho da tecnologia, da modernização siga independentemente de partido político. Este é o caminho da Segurança pública moderna e, só dessa forma, nós vamos vencer efetivamente a violência aqui no nosso Estado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Quero registrar a presença do Colégio João Paulo I, bem como da professora Marta Lima Martins Costa, de Artes; da Renata Ayub, psicóloga da direção da escola; do Felipe Klovan, professor de História; do Guilherme Müller, da Maria Manoela, da Luiza, da Isadora, da Mariana, do Lucas, do Marco Antônio, do Henrique Souza - filho do nosso amigo Neco; da Gabriela Custódio, do Tiago, da Vitória, da Bruna e da Beatriz. Sejam todos bem-vindos a esta Casa e obrigado pela visita.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ALBERTO KOPITTKÉ: Sr. Presidente, faço aqui o mea-culpa de não ter me atentado que este momento era, na nossa listagem, do Grande Expediente, ao qual tenho direito, senão teria feito uma apresentação mais condigna com este momento tão importante, o momento mais honroso do mandato, quando se pode expor melhor os projetos. Por isso, também, não pretendo ocupar todos os 15 minutos. Aproveito para retomar a temática sobre a qual estávamos dialogando... Até logo, os nossos adolescentes que vieram ao plenário estão se retirando. Obrigado pelo vinda! É sempre bom a nossa Casa receber crianças, adolescentes, jovens para conhecer a política, o Parlamento e o nosso trabalho. Quero retomar esse trabalho que nós estamos fazendo. Eu estou, este ano, como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Pública, inclusive abri mão da vice-presidência da Casa, Sr.

pág. 17

Presidente, para ocupar a presidência da nossa Comissão porque creio que seja o espaço mais relevante a que terei oportunidade de ocupar, aquele com o qual eu tenho mais identificação em relação às propostas que apresentei para a Cidade na minha campanha eleitoral. Eu creio que estamos conseguindo fazer uma discussão sobre um novo modelo de Segurança pública, com calma e através de várias reuniões.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero, primeiro, cumprimentar V. Exa. porque o senhor trata, seguidamente, de um assunto de suma importância, que é a segurança. Há muito tempo, a gente vem debatendo, aqui no Rio Grande do Sul e, especialmente, em Porto Alegre, a segurança. Conhecendo um pouco sobre segurança, não há dúvida de que precisamos lutar para que as forças de segurança, independente do órgão, se ele é do Município, do Estado, ou da União, tenham uma integração. Nós todos sabemos que há uma disputa, uma certa insegurança de um órgão em relação ao outro, e isso não pode existir. Eu acho que as questões de segurança devem andar como se fossem uma corrente cheia de elos, com os órgãos confiando uns nos outros. Nós não podemos depender da situação de que a Polícia Civil tenha um arquivo, tenha dados; a Brigada Militar tenha outros dados, a Guarda Civil tenha outros; a EPTC, por questões que digam respeito ao trânsito, tenha outros dados. V. Exa. faz muito bem isso, e nós devemos incentivar a integração da segurança. Por exemplo, hoje; hoje nós poderíamos estar usando as próprias sinalizas com um sistema moderno de monitoramento. Quando houvesse assaltos aos automóveis, se poderia imediatamente fazer um mapeamento para saber para onde estariam levando esses automóveis. Não precisaria a polícia andar correndo atrás de um ou de outro automóvel roubado; nós teríamos condições de... Só que precisa ter boa vontade, e os órgãos têm que investir em segurança. Eu cumprimento V. Exa. por isso tudo.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Muito obrigado, Ver. Bernardino. Registro que, ano passado, estivemos ao lado na Comissão de Constituição e Justiça, e muito aprendi com o senhor e com a sua postura de diálogo aberto aqui neste Parlamento, buscando sempre soluções para a nossa Cidade. E a sua fala retrata exatamente o sentido do que nós temos discutido.

Hoje, só para exemplificar essa reflexão, o jornal Zero Hora traz uma matéria importante, benfeita sobre a questão do efetivo da Brigada Militar. Após a Copa, os policiais retornaram para o Interior, e há, de fato, uma diminuição do policiamento em Porto Alegre. É um assunto importantíssimo, bem tratado e que precisa ser discutido.

Mas qual é a reflexão que eu gostaria de fazer e que, às vezes, na agitação das discussões políticas, nós não conseguimos, Ver. Pujol, externar essa nova visão? Vários governadores de todos os partidos já fizeram contratações de grandes efetivos para a Brigada. A Governadora Yeda contratou 4 mil brigadianos no final do seu mandato, o que representou 18% a mais do efetivo. O Governador Tarso também já fez uma contratação de 2,5 mil, e o Governador Rigotto também já tinha feito. Se nós olharmos os dados, a entrada desse efetivo, desse contingente não traz redução dos indicadores de criminalidade. Ora, estaria eu a dizer, então, que não precisamos de polícia? Não! O que eu quero explicar para os senhores e trazer como contribuição para nossa reflexão é que, sem um salto de inteligência, sem uma modernização da base de dados, do modelo de polícia, todo esse efetivo a mais se insere numa lógica antiga, defasada, que está aquém da velocidade do crime e acaba não tendo nenhuma possibilidade de fazer algo realmente inteligente e preventivo. E não é por culpa da polícia essa ou aquela. Nós temos que ver que, nos últimos 40 anos, a violência sobe sem parar no nosso Estado e no País. Na minha opinião, isso é fruto de um modelo equivocado, atrasado e não tem nada a ver com o desenho institucional, seja Brigada ou Civil, não é a isso que me refiro, é à modernização da gestão, a que eu acho que nós temos que dar mais atenção. Eu gostaria de ver uma matéria do jornal Zero Hora, pode ser essa de hoje, mas eu gostaria de ver mais uma um pouco mais aprofundada sobre gestão, discutindo esses assuntos que, talvez, não deem lobo, não aparecem nos programas de TV, naqueles programas que gostam de mostrar a criminalidade e que, infelizmente, têm lucro com o sangue das pessoas, com os temas mais bombásticos. Se, efetivamente, queremos discutir uma nova segurança, esse é o caminho que nós temos que seguir. Nós estamos conseguindo, na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, este ano, ajudar a trazer uma grande contribuição.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, primeiro, agradeço pelo aparte, e quero cumprimentá-lo pelo aprofundamento da

discussão em termos de Segurança pública, o que, evidentemente, é algo que se impõe no momento. Nós não podemos ficar só debatendo as consequências sem olhar as causas, sem ver a estrutura. Não sei se V. Exa. tem razão quando desvincula a questão do efetivo da eficiência. De qualquer sorte, é uma proposta de um reenfoque do assunto ou, como diz V. Exa., uma nova lógica a respeito. Eu, sinceramente, entendo que, mesmo com todo o esforço que as administrações têm feito, a defasagem aumenta progressivamente porque, se entram 2 mil brigadianos, eles não compensam os outros quatro mil que, em regra, vão se aposentando. Por isso eu acho ousada a sua proposta de desvincular o tamanho do efetivo cada vez menor das consequências que, infelizmente, pululam na nossa sociedade e que agora se agravam, porque nós tivemos uma alegria especial, uma segurança absoluta em torno da Copa. Todo o mundo bateu palmas para a ação da Brigada Militar. Agora que eles saíram, a tristeza começa a acontecer. É pior do que os 7X1!

O SR. ALBERTO KOPITKE: Não, não é pior, Ver. Pujol! Eu agradeço suas palavras e quero também trazer essa reflexão. A Copa do Mundo deixou três grandes legados para a Segurança pública: diversos equipamentos modernos para as mais diversas áreas da nossa polícia, desde a parte de bombas e policiamento ostensivo, enfim; o imageador aéreo. Infelizmente, as fotos não funcionaram, não posso mostrar aqui. É a primeira vez que o Estado tem visão noturna para o combate ao crime. Chegava a noite, a polícia enxergava só o que o olho permitia. Agora, nós temos uma câmera de alta tecnologia, como nós estamos acostumados a ver nos filmes. Então, equipamentos.

Segundo: a Copa trouxe para a Segurança pública o aprendizado da integração e do planejamento. Como nunca, talvez, na história deste País – é uma frase que ficou famosa –, as forças de segurança estiveram junto com órgãos internacionais, com as forças mais diversas planejando, em conjunto, as diretrizes de risco, que é o mais alto padrão de planejamento que se tem. Isso é um legado de aprendizado. Terceiro legado: cultural. O convívio com o cidadão estrangeiro exigiu de todos nós um comportamento ainda mais cuidadoso com as diferenças culturais. Nós todos sabíamos que tinha que haver um comportamento próximo a esses cidadãos, a essa diversidade que veio à nossa Cidade. Isso é um aprendizado: a polícia aprender a conviver com a juventude, em massa, nas ruas, uma juventude diversa. Esse é o caminho da Segurança pública. Não é as ruas sem

jovens, é as ruas com muitos jovens se sentindo seguros e convivendo na sua diversidade.

Por fim, o legado da tecnologia no novo Centro Integrado de Comando e Controle. Nós temos, no Brasil, 12, mas o do Rio Grande do Sul é, junto com o de Brasília, o de mais alto nível que nós temos e o que está no mais alto nível do mundo. Nós tivemos oportunidade, com vários colegas aqui, de conhecer, e esse é um legado que fica, é um legado que a Copa... Infelizmente, alguns veículos acabam, não sei se por descuido ou por falta de tempo, não divulgando. Eu acho, Ver.^a Mônica, que aquele centro que nós visitamos tinha que ter estado na capa dos jornais. Por que não está? Então, eu puxo, obviamente, uma reflexão política: por que alguns temas, algumas coisas que a Copa trouxe não foram devidamente mostradas para a população? Esse salto histórico! Eu falei, lá na visita ao Centro, que a Segurança pública deu um salto de 20 anos com a chegada desse novo Centro Integrado de Comando e Controle, que centralizou o recebimento da chamada do 190 e o despacho de todas as viaturas.

Quero também dizer que, além da inteligência, é fundamental esse processo que o Estado vem vivendo, nos últimos anos, de melhoria salarial, de valorização dos nossos profissionais, o que estamos vendo acontecer no Governo Tarso. Nós precisamos não apenas de quantidade de policiais; nós precisamos de um policial valorizado, bem treinado, bem equipado, com inteligência. E é isso o que o nosso Estado, sem mágica, sem ação fenomênica, tem feito.

Também, nós não podemos retroceder para aquela visão que o Estado chegou a ter, do Plano de Demissão Voluntária da Brigada Militar, o PDV, em nome de uma lógica de gasto zero, de enxugamento, de Estado eficiente, reduzir o Estado. O que se fez aqui? O PDV na Segurança pública. Os brigadianos foram estimulados a irem embora. Isso não pode acontecer.

Assim como nós não podemos, também, politizar a Brigada Militar, que a Brigada Militar passe a fazer um discurso de legitimação da violência, como, infelizmente, chegamos a ter, especificamente, no período do Coronel Mendes, um processo de legitimação da violência por parte da Brigada Militar.

Isso não é uma polícia evoluída! Uma polícia evoluída é de um padrão de convivência de tecnologia e não se presta a fenômenos para aparecer na TV.

Acho que são construções históricas, são processos que hoje o nosso Estado tem recebido com a forma como tem se trabalhado, aqui, no Rio Grande do Sul, nos últimos anos. E, tenho certeza, junto com a política dos Territórios de Paz, políticas de prevenção à violência, que, em médio prazo, nós teremos um resultado estruturante, assim como a reestruturação do sistema prisional, com a nova penitenciária de Canoas, a qual tive a honra de participar da construção, com mais de 2 mil vagas que estão sendo abertas.

Acho que esse é o novo cenário para que nós possamos ter a reconstrução do que é uma Segurança pública, efetivamente moderna, e da qual nós temos ajudado modestamente aqui, na Câmara, nessa discussão, na modernização da análise de dados e da metodologia de policiamento na nossa Cidade.

Nós não podemos retroceder para aquela Segurança pública de regimes semiautoritários, de formas, de posturas, de uso da polícia político. Não é isso que os cidadãos esperam, e acho que o Estado tem feito uma nova construção nesse sentido, Ver. Brasinha, e sua chegada é muito importante, porque V. Exa. tem reconhecido o trabalho de vários colegas da Polícia Civil e da Brigada Militar durante o Governo Tarso Genro.

Agradeço por este momento e por todo o trabalho que nós temos feito aqui, na Câmara, com toda a equipe do gabinete, com toda a equipe da Comissão de Direitos Humanos. Eu tenho certeza que, no dia 10 de dezembro, vamos entregar um documento histórico para a nossa Cidade, de muita contribuição, para que Porto Alegre possa vencer a violência de forma humana e integrada entre todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Apregoo Ofício, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que, na tarde de ontem, 9 de julho, representou esta Casa em uma reunião junto à Procuradoria-Geral do Município para tratar assuntos pertinentes à regularização fundiária da Estrada da Extrema, localizada no Extremo-Sul de Porto Alegre.

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Presidente, eu quero, regimentalmente, fazer um registro, e, ao mesmo tempo, apresentar um Requerimento. Os últimos dias registraram o passamento de duas figuras muito significativas no contexto socioeconômico da Cidade. Estou me referindo ao passamento, no dia 5 de julho, do Dr. Rui Luiz Peixoto, médico cardiologista, com incursão, inclusive, na psicanálise, que foi um

dos dirigentes do Simers – Sindicato Médico do Rio Grande do Sul; médico muito popular, humanitário, que, reconhecidamente, deixa saudade para muitos dos seus amigos. Por outro lado, no dia 7 de julho, registramos o passamento do atual tesoureiro do Rotary Club - Partenon, seu sócio-fundador, ex-Presidente por duas oportunidades, Aarão Plotnik. Sendo ambos são merecedores do nosso respeito e do nosso carinho, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento dessas duas figuras que foram convocadas para outro estágio, que não o nosso.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, colegas funcionários desta Câmara, senhores e senhoras que nos assistem pela TVCâmara e aqueles aqui presentes, nós ouvimos agora – mesmo de improviso – uma verdadeira aula de Segurança pública. O meu colega Alberto Kopittke, que é um técnico que desenvolve várias teorias sobre Segurança pública, tem feito um trabalho muito bonito na sua Comissão. Eu só venho discordar em relação ao número efetivo de funcionários, que já é um número muito defasado. Se nós compararmos o efetivo da Polícia Civil e da Brigada Militar, mesmo com a entrada de vários policiais, durante os Governos que passaram, vamos bater com os mesmos números de 25 anos atrás, comparando o aumento da criminalidade.

Eu estava pensando que, no momento em que esta Câmara foi invadida, se somente o Vadacir e o Júlio estivessem ali, seria muito fácil invadir a Câmara. Seria muito fácil. E se tornou fácil. Mas, se tivéssemos o Vadacir mais uns 30 Guardas Municipais, eles não teriam invadido a Câmara. Eu acho que, no mínimo, no mínimo, eles teriam pensando duas vezes, teriam que voltar e fazer uma nova estratégia, para ver de que forma iriam burlar aqueles 30 Guardas Municipais que estavam ali, como houve no debate lá no Tesourinha. Lá, o número de efetivo – e não é garantir violência – era maior, e não foi invadido.

Então, senhores, quando se fala em investimento, em número, em efetivo, é necessário, sim, é complemento de uma tecnologia. É complemento de uma valorização dos policiais. É complemento com investimento em coletes, em armas, em viaturas, em tecnologia.

Eu sou um jovem policial, tenho 23 anos de polícia. Alguns dizem que sou velho; outros, que sou novo. Eu fico no meio-termo. Como disse um colega em uma assembleia: sou um seminovo!

Nós tivemos um investimento do Governo do Estado agora, que pôde se igualar ao investimento anterior, porque até o terceiro ano, o investimento era 30% do que deveria ser investido dos 100% em Segurança pública.

Do pouco que conheço de Segurança pública, concordo com a tecnologia, com os investimentos que têm que ser feitos na integração entre as forças públicas: Brigada Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal; concordo que tenha que haver um complexo que refaça o zoneamento do Rio Grande do Sul; concordo que tenha que ter um zoneamento nas questões institucionais. É necessário, sim, que seja ouvido quem está na rua, quem faz a Segurança pública: policiais civis, policiais militares, delegados, agentes, quem toma tiro, quem investiga. Muda o Governo e os números da Segurança pública não mudam.

Para concluir, acho que temos que levar em consideração que a Segurança pública tem que ser problema de Estado e não de Governo; do contrário, alguns burocratas do Governo fazem com que os números sejam os mesmos. Às vezes eu me pergunto: a quem interessa um bom plano de Segurança pública. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Srs. Vereadores, Sras. Vereadores, ontem, Presidente, eu ocupei esta tribuna e mostrei fotografias de verdadeiras crateras, no entroncamento das ruas, ali com a Rua Heráclito Graça, no bairro Partenon. São cinco ruas que se encontram. E hoje eu não paro de receber ligações de representantes do Executivo e de Secretarias, não vem ao caso quem, me reclamando que eu deveria ter um pouquinho de paciência em razão da quantidade de chuva. Olha, Ver. Kevin Krieger, eu não reclamei do conserto, eu reclamei,

imediatamente, da sinalização. E aqui o nosso amigo, Fernando Albrecht, que colocou a matéria - é claro, o jornalista, ele não tem a obrigação de transcrever ali o meu discurso. Então, claro, aqui não está a minha fala, aqui está o que o jornalista entendeu e colocou, e eu não estou nem fazendo uma crítica a ele. Pelo contrário, que bom que ele deu publicidade. Meus elogios ao Fernando Albrecht, porque, quer queira ou não, deu publicidade a uma situação extremamente delicada e necessária, que nos ajudou também nesse trabalho de fiscalização. Ocorre que todos nós sabemos que a chuva foi muito grande, aconteceram vários imprevistos na cidade, não tem como consertar tudo imediatamente. Agora, sinalizar, sim. O que aconteceu aqui? Aqui moradores da redondeza começaram a quebrar galhos de árvores e colocar nos buracos. E este buraco aqui (Mostra jornal.) é uma cratera, é do tamanho de um automóvel; este é um deles, é do tamanho de um automóvel. Então, quer dizer, durante a madrugada de anteontem, um amigo que mora ali nas proximidades, passando pela rua, à noite, viu aqueles galhos, ficou com medo que pudesse ser um assalto, ou alguma coisa parecida, não deu importância, caiu num desses buracos. Evidentemente, que se a sinalização fosse um cavalete de uma sinalização pública, não teria tido problema. Ele não respeitou, porque ficou inseguro. Aí, pasmem, eu fui lá verificar essa reclamação – isso aqui já aconteceu há mais de uma semana – e estiveram nesse local mais de um Departamento e/ou Secretaria do Governo avaliando e foram embora. Claro, eles têm que se organizar, avaliar e estudar o que vão fazer. Agora, sinalizar é algo que se tem que fazer imediatamente.

Então, estou aqui registrando que eu não reclamei conserto imediato, claro, que tem que haver, uma cratera no meio de uma avenida, tem que resolver isso. Agora, a sinalização disso, V. Exa., Ver. Brasinha, que fala tanto em “puxadinho”, esse é o típico “puxadinho” que tem que resolver. Vou mostrar, novamente, ao Ver. Brasinha, que é um Vereador muito atuante nesta Casa, que, às vezes, nos faz algumas críticas, dizendo que fazemos “puxadinhos”...

(Aparte antirregimental do Ver. Alceu Brasinha.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: É gambiarra o que os moradores fizeram, Ver. Brasinha, porque não houve sinalização, botaram galhos ali. O que aconteceu? Uma

peessoa que estava passando por ali à noite se assustou, tocou e caiu no buraco. Porque, claro, eram galhos, as pessoas acham que é uma emboscada, vamos dizer assim. Então, por favor, não reclamei, tenho consciência de que as coisas não podem ser resolvidas de uma hora para hora, quando acontece o que aconteceu em toda a Cidade, todos sabemos a quantidade de chuva. Mas a sinalização do buraco é o mínimo que podem fazer, imediatamente, quando acontece isso. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde. Queria cumprimentar o Presidente Garcia; cumprimentar todos os Vereadores e Vereadoras; o público que nos assiste em casa; e também quero, Ver. Delegado Cleiton, pautar a questão da Segurança pública, sobre a qual o Ver. Alberto colocou algumas questões - em algumas concordo com ele, mas em diversas discordo.

Antes, Ver. Bernardino, de entrar nessa pauta que vou colocar, queria lhe dizer que sou testemunha do seu discurso de ontem, quando falou sobre o buraco que havia naquela rua. Realmente, V. Exa. pediu a sinalização e não fez a crítica, para que pudesse haver o conserto com rapidez. Falou, principalmente, em relação à segurança do local, pedindo aos órgãos responsáveis do Governo Municipal que sinalizassem aquele buraco, para que não ocorresse nenhuma tragédia. Em relação a essa área da Segurança pública, que é uma área que, sem dúvida nenhuma, será e está pautada nas eleições deste ano, eu acho que o mais importante, Ver. Brasinha, é tirá-la da pauta das eleições e tê-la como um projeto de Estado, não de partidos políticos, Ver. Delegado Cleiton. É isto realmente que está faltando: que se escute a base da Brigada Militar, a base da Polícia Civil, do IGP, que hoje é um órgão importantíssimo tanto para a Polícia Civil quanto para a Brigada Militar, mas que está com diversas dificuldades, inclusive de sede, de equipamentos da área de tecnologia, então, nem se fala. E isso é o que produz a prova para que a nossa Promotoria e o Judiciário possam condenar quem praticou os crimes contra a nossa sociedade. Também temos a Susepe. Então, todos os órgãos de Segurança pública, sem dúvida nenhuma, precisam de investimentos, precisam de pessoal. Agora, escutamos

falar que o “Governo este”, o “Governo aquele”, que vem passando, que vem passando... Mas, eu vou lhe dizer, com toda a tranquilidade, Ver.^a Mônica, sente-se muita saudade do Governador Jair Soares. O Governador Jair Soares é o que mais dá saudade para a Segurança pública, porque, naquela época, Ver. Brasinha, os servidores públicos eram muito bem remunerados. E não tenha dúvida, Ver. Pujol, que precisamos ter a ciência de que, independentemente de quem ganhar as eleições, que se cumpram todos os projetos de lei que foram votados na Assembleia Legislativa em que foram colocados os aumentos para o próximo Governo do Estado. E quem assumir a cadeira de Governador ou de Governadora, possa, sim, cumprir todas as leis que foram aprovadas na Assembleia. Sem dúvida nenhuma, nós precisamos que sejam cumpridos os compromissos firmados, seja pela Assembleia, seja pela palavra dos futuros candidatos que já temos e teremos nesse pleito. A Segurança pública deve ser trabalhada tecnicamente e não partidariamente, ela precisa ter na base dos servidores públicos a construção dos projetos de Segurança pública de Estado, e não de quatro anos de um partido que esteja lá à frente do Governo. Eu vi o Ver. Alberto falar em relação aos Territórios de Paz, Delegado Cleiton. Se há uma coisa que não tem hoje nesses territórios é paz. Se há algo que não existe hoje nos Territórios de Paz é paz, Ver. Brasinha! O que se tem é toque de recolher. O que se tem é morte de jovens e pouca – ou quase nenhuma – integração do Governo do Estado conversando com o Governo Municipal que executa diversos serviços públicos na área social, inclusive – como o Ver. Cleiton falou aqui – fechamento de posto de saúde e de outras unidades, incluindo a Educação Infantil. Então nós precisamos realmente de um governo que possa pensar a Segurança pública juntamente com os servidores e, juntamente, com os servidores da área da Segurança pública, construir um projeto de Segurança de Estado, e não de governos que passam.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Kevin Krieger.

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia, faz 187 dias que o senhor está como Presidente desta Casa. Parabéns, Vereador! Diferentemente de outros Presidentes que assumiram esta Casa. E também quero aproveitar para dizer que o

senhor realmente está dando uma demonstração de grandeza a esta Casa. O seu Diretor-Geral, o Albano, tem feito um trabalho impressionante. Ele tem dado uma aula para – quem sabe – muita gente que aqui não deixava nem nós usarmos o plenário, a exemplo do Diretor-Geral Leão de Medeiros, na época em que o Ver. Elói Guimarães era Presidente da Câmara. O Albano está de parabéns!

Senhores, Ver. Reginaldo Pujol, meu querido amigo, Professor Daniel, que também está presente aqui. O senhor falou, Ver. Bernardino, que eu gosto de falar de gambiarras e de “puxadinhos”. Realmente, eu falo muito em gambiarras e “puxadinhos”. Mas o que o senhor mostrou ali não é nem gambiarra e nem “puxadinho”, aquilo ali é um buraco! É um buraco! Gambiarra, para mim, sabe o que é, Vereador? É quando o cidadão tem aquele projeto de lei, e aí aparece um Vereador, com toda a estrela, imaginando que vai salvar o projeto e aí faz o seu “puxadinho” – a emenda. E a gambiarra é aquela subemenda, mais ainda. Isso é que eu chamo de gambiarra. Por quê? A gente estuda, Ver. Reginaldo Pujol, um projeto por tempos e tempos, e, quando começa a botar emendas e subemendas, dificulta. Não podemos dificultar para o cidadão. Já é difícil, temos é que simplificar.

Quero também falar, Ver. Kevin Krieger, que sei que o Jair Soares foi um dos melhores Governadores. Saía agente da Polícia Civil para ir para a Brigada Militar. Jair Soares foi um dos Governadores que mais bem pagou a Brigada, que tem saudades, realmente. Mas, também, tem que reconhecer, Ver. Kevin, as coisas boas que aconteceram nesta Cidade, neste Rio Grande.

Eu não defendo, não tenho procuração para defender o PT, mas a gente tem visto muitas viaturas na Cidade, Ver. Delegado Cleiton; antes, era difícil ver uma viatura circulando. E mais ainda, Vereador, o senhor que é da Polícia Civil: o senhor sabe que a Polícia Civil avançou, foram criadas mais Delegacias de Homicídios, e eu aplaudi isso.

Então, quero dizer que eu tenho uma grande admiração pela Brigada Militar, pelo nosso querido amigo Cel. Silanus e pelo Cel. Godoy, que é seu amigo, Ver. Professor Garcia; fizeram um trabalho exemplar nesta Copa do Mundo, um trabalho que demonstrou que Porto Alegre e o Rio Grande do Sul tinham organização na Polícia, na Polícia Civil, na Guarda Municipal, no que compete ao Município.

Eu sou de cobrar do cidadão, mas gosto também de lembrar o que acontece de bom.

O nosso querido Olívio Dutra foi Governador, e foi um verdadeiro desastre como Governador. O Secretário de Segurança, que era o Bisol, saiu abraçado com um

sequestrador por causa de uma votação, Ver. Kevin. Talvez o senhor fosse menino; eu, que sou mais velho, lembro bem.

E ainda, mais: eu fui assaltado numa loja, lá na Av. Baltazar de Oliveira Garcia. A Brigada chegou, mas não tinha gasolina para sair de lá. Não tinha, Ver. Bernardino! Então, quando acontecem coisas boas e falam dos governos anteriores, lá atrás, eu penso que temos que exaltar o que acontece agora, no momento. Realmente a nossa Brigada Militar nunca esteve tão bem aparelhada quanto está agora, e isso se deve ao Governo do Estado, que tem feito grandes investimentos na área da Segurança, Ver. Kevin Krieger. Vamos ficar atentos: se fizerem coisas boas, aplaudiremos; se não fizerem, vamos reprovar. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Hoje estou tendo a oportunidade de falar bastante, porque usei o tempo de Grande Expediente, Comunicações e agora o tempo de Comunicação de Líder, pois estou somente eu da minha Bancada aqui, os colegas acabaram de sair para outras atividades.

Eu que penso que este é o nível do debate, Ver. Kevin Krieger, cumprimento V. Exa. e o Ver. Delegado Cleiton, e penso que é neste nível que devemos debater. Obviamente que a segurança tem problemas. Se alguém tentar dizer que os problemas estão sanados, está vivendo no mundo da lua, e eu acho que não é isso que nenhum dos candidatos pensa. Aliás, acho que o Rio Grande do Sul está bem servido de candidatos, com um bom nível de debate; acho que vamos ter um debate sereno e aprofundado de ideias e de projetos.

Acho que é fundamental, quando nós discutimos Segurança pública, tentarmos entender o que são as propostas de cada um. Em síntese, é disso que nós estamos falando.

Eu tive a oportunidade de expressar, aqui, uma concepção que tenho de que o aumento de efetivo só tem mais resultado se nós qualificarmos a gestão. Gestão – é disso que nós estamos falando -, ferramentas de trabalho. As polícias que nós vemos no mundo inteiro, é essa a polícia que a gente quer. Com gestão. Imaginemos uma empresa, cujo

empresário não tem controle sobre o seu caixa, não sabe quanto entra, quanto sai; mal sabe dos funcionários, não sabe o que cada um está fazendo, quanto cada um vende, quanto que dá de lucro, quanto o fornecedor... E, daqui a pouco, ele contrata mais funcionários, a empresa continua tendo prejuízos, e ele aumenta o número de funcionários.

Então não é que nós não tenhamos que ter mais efetivo. Precisamos de mais efetivo, mas mais efetivo dentro de qual modelo? O modelo populista, não defendido por ninguém aqui - mas em outros lugares do País nós já vimos essa experiência -, diz que o grande problema é que nós temos que prender muito mais. Vejam a irracionalidade desse discurso! Nós somos, hoje, o País do mundo que tem o maior número de presos dos últimos 15 anos. Quem mais prendeu em todo o mundo foi o Brasil. E se defende como solução prender mais jovens da periferia, falar grosso... Essa fala aumenta, inclusive, o número de homicídios. Então nós precisamos ir por esse caminho.

Eu quero mostrar as imagens do Centro Integrado de Comando e Controle, que acho importantes. (Mostra fotos.) Essa é a sala de gestão, e essa é a sala principal de monitoramento do Centro Integrado de Controle e Comando do Estado, onde nós temos hoje mais de 50 posições, sugestão de câmaras, atendimento, despacho de viaturas. Acho que são evoluções de Estado, mas é importante que se diga que isso veio do Governo Federal em parceria com o Governo do Estado. Por que não dizem? E tem um problema na imprensa, Ver. Brasinha, que não fala de onde as coisas vêm, não mostra as coisas boas! Será que é com algum interesse político de algum veículo de comunicação? Eu acho que não. Então nós mostramos para ver se eles enxergam e mostram melhor o que ainda não tiveram oportunidade de mostrar, o que realmente se alcançou.

Por fim, eu quero mostrar aqui a diferença salarial, que é um assunto que nós debatemos muito. Um soldado da Brigada Militar, em 2010, entrava recebendo R\$ 1.172,00. Em novembro deste ano, este mesmo soldado estará recebendo R\$ 2.400,00, concretamente. Dobrou, mais que dobrou! É isso. Acho que é importante trazer os dados, não discursos estridentes, Ver. Brasinha, enérgicos, mas com racionalidade e conhecendo as propostas, o projeto de sociedade. Eu, pessoalmente, não conhecia o governador, não é do meu tempo, como se diz, mas acho que nós temos que efetivamente saber, entender o avanço da democracia no País, o avanço da modernização e seguir, aprofundar – isso sim é uma

boa plataforma para todos, para todos os partidos - esse caminho que o Brasil e o Rio Grande do Sul estão começando a trilhar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, aqueles que nos assistem aqui no plenário e pela TVCâmara, na linha do meu colega, Ver. Kevin Krieger, que muito bem pontuou que Segurança pública não deveria ser partidária, ou seja, deveria sobrepor siglas partidárias e ideologias políticas, porque segurança se faz para o povo do Rio Grande do Sul, para o Estado do Rio Grande do Sul. Eu gostaria de registrar uma matéria muito interessante que saiu no jornal Zero Hora de hoje que se chama: “Vai a Copa, volta a insegurança”. Não sou eu que estou dizendo, isto está na manchete de hoje do jornal Zero Hora. E Segurança pública se faz com efetivo nas ruas, porque a bandidagem campeia solta, quando identifica que não tem policiais. Ora, não precisa ser *expert* em segurança para saber que a violência toma conta quando não tem o efetivo! E isso eu quero registrar aqui começando com exemplos muito simples. As praças da Cidade de Porto Alegre, onde nós Vereadores temos a responsabilidade, dominamos a nossa aldeia, são conhecidas como coração dos bairros. Se o Governo do Estado, se o Secretário de Segurança, se o Governador forem sensíveis que uma praça é o coração de um bairro e colocar ali o efetivo, o policiamento ostensivo, nós teremos jovens utilizando as praças, pessoas de idade, crianças, bem como disse o Ver. Kopittke: nós queremos jovens nas ruas, mas para isso temos que dar segurança, direito básico de qualquer cidadão, ir e vir com segurança. E nós sabemos que a qualquer hora do dia, em qualquer bairro, seja o empresário rico ou o trabalhador humilde, é assaltado. Vocês sabem qual é a última modalidade na cidade de Porto Alegre para assaltos? Não precisa ter carros mais; eu achava que sem carro eu estava segura, andava pegando táxi pela Cidade. Não, agora caminhando, andando a pé, atende o celular e tem uma arma na cabeça. Ontem o filho de uma pessoa que conheço foi assaltado, levando o cachorrinho para passear na calçada; ao atender o celular, teve uma arma apontada para a cabeça. Por que isso? Porque a bandidagem sabe que está aí, é livre. Por outro lado, quero aqui

fazer um registro, pois nem só de coisas ruins a gente vive, e tem que falar nesta tribuna: o Ver. Kopittke apontou aqui a visita que fizemos à Secretaria de Segurança, ao Centro Integrado, e realmente quero dizer a vocês que fiquei entre surpresa e maravilhada, pois foram investidos R\$ 40 milhões do Estado naquele painel que monitora vários pontos da cidade de Porto Alegre, mais R\$ 80 milhões da União. Que maravilha, que coisa espetacular, finalmente, a 20 minutos do segundo tempo, pois estamos terminando o Governo Tarso, se investiu em Segurança pública. É uma pena que não fizeram o mesmo com o IGP, o Departamento de Criminalística do IGP, que continua sem sede. E como bem disse o Ver. Kevin Krieger, Departamento de Criminalística serve para quê? Ali temos que elucidar crimes, provas, culpa ou inocência. Ora, é inadmissível que ainda tenhamos que conviver com um departamento tão importante como este, que está sucateado e sem sede, de chapéu na mão, pedindo espaço. Então quero, ao mesmo tempo que elogio o investimento do Estado e da União nesse Centro Integrado que finalmente chega a 20 minutos do segundo tempo, terminando o seu Governo - tanto eu pedi para investir na segurança, parece que me ouviram lá de cima -, também registrar meu sentimento de que nenhum Governo até hoje – não é só este – tratou a Segurança pública como prioridade, a não ser em discurso de campanha, Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, conforme eu tinha anunciado na Sessão de segunda-feira, hoje pretendo fazer um comentário a respeito dos processos que se encontram em 2ª Sessão de Pauta e que obviamente só nos ensejam o direito e a possibilidade de discuti-los no dia de hoje. E me fixo no PR nº 014/14, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que proíbe a fixação de símbolo religioso de qualquer espécie no Plenário Otávio Rocha, no Plenário Ana Terra, no Teatro Glênio Peres e em

todos os demais espaços públicos ou de uso coletivo da Câmara Municipal de Porto Alegre e dá outras providências.

Sr. Presidente, eu acho que a atual Legislatura, especialmente no ano que está se desenvolvendo, tem se caracterizado por um furor legislativo. E o que é mais comum são inúmeros os projetos que tramitam na Casa que são precedidos das expressões “obriga, proíbe”, que restringem a liberdade das pessoas. Parece, Vereador e prezado amigo Bernardino Vendruscolo, que este Projeto de Resolução do Ver. Marcelo Sgarbossa é inconstitucional. Na medida em que ele quer restringir, proibir a fixação de símbolo religioso de qualquer espécie no Plenário Otávio Rocha, no Plenário Ana Terra, no Teatro Glênio Peres, ele está discriminando a liberdade religiosa. Se no passado a maioria da Casa entendeu correta a colocação do símbolo cristão, que é a cruz de Cristo, nesses espaços, se assim foi entendido, querer agora proibir, tornar sem efeito, anular, é, indiscutivelmente, uma postura preconceituoso e, mais do que isso, discriminatória, inconstitucional. Então, eu, como liberal, sempre reajo de forma muito forte com relação a essas propostas que proíbem, que obrigam, que exigem, como uma forma, inclusive, de restringir a cidadania. Aliás, oportunamente eu vou me referir a dois projetos aqui do Ver. Kopittke, que hoje deve estar muito feliz, porque pautou a discussão aqui na Casa com seu pronunciamento, foi seguido pelos demais, de tal sorte que eu até me permito não ingressar nesta discussão em termos de Segurança pública, que já foi abundantemente tocada nesta tarde de hoje. Mas eu quero me antecipar, Ver. Kopittke, anunciando, desde já, como sempre faço com a maior transparência possível, que eu vou me manifestar a respeito destes dois projetos de V. Exa., que tomba dois prédios em Porto Alegre, dentro desta outra fobia que tem. Ou se lista ou se tomba, eu observo que querem descaracterizar propriedade privada nesta Cidade. E eu sei muito bem que o Município não tem recursos suficientes para cobrir toda esta ânsia que se desenvolve sobre os mais diversos aspectos. Em Petrópolis, se entendi agora a proposta do Governo, inclusive, veja V. Exa. que eu não estou radicalizando em função de uma posição sua. Eu, como Vice-Líder do Governo sou absolutamente contrário à atividade do inventário de Petrópolis que lista 500 residências em Petrópolis, impedindo o seu proprietário de dispor delas.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Reginaldo Pujol prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Eu estava falando exatamente que é impressionante a proposta do Executivo que listou 500 imóveis no bairro Petrópolis. Essa lista é um problema, porque retira o direito dos proprietários e incumbe obrigações, o que é um absurdo. Então, Sr. Presidente, já em Comunicação de Líder, eu quero situar esta minha posição de forma muito clara, em que pese eu ter exercido, ao longo deste tempo todo, a condição de Vice-Líder do Governo e nunca ter perdido a minha independência. Eu deixei muito claro ao Governo que eu não abdicaria dos meus conceitos pessoais pela simples razão de estar participando de um Governo do qual o meu partido participa e procura dar a melhor contribuição possível, Governo Fortunati, que ultimamente tem sido feliz em suas atuações. Mas relativamente a este assunto do inventário de Petrópolis, da opção pela lista, que retira inconstitucionalmente o direito do proprietário dispor de seu imóvel, e, mais do que isso, que o onera com a responsabilidade de conservação e de toda ordem. Porto Alegre não pode ficar engessada. É necessário que tenhamos políticas bem ordenadas. Aqueles que buscam preservar a memória histórica de Porto Alegre haverão de ter o nosso apoio, o nosso aplauso, se forem comedidos, se não forem radicais, se não forem exagerados ao pretender tombar, listar 500 imóveis no bairro Petrópolis, evidentemente atingindo direitos adquiridos de várias pessoas que só não foram buscar reparação em juízo porque sabem que a Justiça, no mais das vezes, é pelo Estado e, quando ela acolhe a cidadania e respeita algumas das posições, ela retarda o cumprimento de suas decisões. Isso faz com que as pessoas hoje tenham direitos a ser indenizados pelo Município, Estado e União, de longos anos atrás, e que não se realizam apesar de já decidido pela Justiça, até porque a Câmara de Deputados, em um gesto tresloucado, autuou a lei que criou a história de pagar em 15 anos, que gerou uma forma legal até de o calote oficial se realizar. A cidadania não pode continuar sendo agredida da forma como vem sendo agredida. Ela precisa resistir, e eu fico tranquilo ou satisfeito com a movimentação do bairro Petrópolis que, de forma forte, muito consistente e, sobretudo, muito consequente, se organizou e tem procurado levantar barreira contra esses exageros que estamos a denunciar desta tribuna. Assim sendo, Sr. Presidente, neste final de tarde magnífico, eu quero assinalar a V. Exa. este nosso compromisso de, independente de qualquer circunstância, absolutamente casual, temporal, mantermos as posições que claramente expusemos aos nossos eleitores quando buscamos um novo

mandato aqui na Casa do Povo de Porto Alegre. Porque nós entendemos que grande parte, na imensa maioria das vezes, o desgaste indiscutível a que a classe política hoje está sendo submetida está diretamente vinculada ao descumprimento das propostas eleitorais com a realização do cotidiano. As pessoas, para se elegerem, assumem alguns compromissos que, depois, na prática, não cumprem, e isso faz com que o político se desmoralize, e a nossa atividade fique descaracterizada. Nós temos que resistir e assim procederemos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu agradeço a possibilidade de comunicá-los e trabalhar aqui o tema da segurança nos ônibus. Eu estava, até este momento, participando de uma reunião do Fórum Permanente do Transporte Seguro, consequência da paralisação de algumas linhas da Carris, há três semanas, pela incidência de assaltos nos ônibus. Acho que essa importante interlocução entre as empresas de ônibus, os consórcios, os funcionários, a Brigada Militar e a Polícia Civil, que hoje pela nossa intervenção estava presente, a Susepe estava presente, e nós pudemos aprofundar medidas de coibição dos assaltos aos coletivos. Ficou muito claro, na reunião que tivemos, que as linhas e os ônibus que já têm... E começo por esse elemento, porque esse elemento, tanto a Polícia Civil quanto a Brigada insistem que são muito importantes as câmeras de vídeo, o monitoramento do transporte coletivo. Em todos os ônibus e empresas que já têm essas câmeras já é perceptível a redução dos assaltos e, portanto, a caracterização do criminoso e sua responsabilização, o processo necessário para a sua prisão e seu afastamento das ruas. Esse foi o principal elemento que unifica todos, com a ressalva dos funcionários, que entendem que cuidado, câmeras de vídeo não devem ser colocadas para fins de controle do funcionário, e, sim, de fato, serem úteis para controlar, vigiar o acesso ao ônibus, a ação do delinquente junto ao cobrador, junto aos usuários do ônibus. Portanto também há o detalhe da colocação das câmeras de vídeo.

Tivemos a EPTC presente na reunião dizendo que o GPS compõe o novo edital de licitação dos ônibus, com o sistema de monitoramento do fluxo dos ônibus da Cidade e sua integração com o atual monitoramento de vídeo nas vias, e nós insistimos e evoluímos para a discussão de que, sim, é necessário que os consórcios que ganharam a licitação já incorporem as câmeras de vídeo dentro dos ônibus como equipamento fundamental obrigatório, assim como se fez o debate do ar-condicionado nos ônibus, um debate que tomou conta da Cidade, se esse custo valia a pena. E eu não tenho dúvidas de que hoje o controle por câmeras de vídeo é muito necessário, porque num ônibus lotado em que o cobrador e o motorista se sentem assustados, coagidos por criminosos é de fato evidência de que não vamos conseguir um transporte coletivo que atraia a população para a sua utilização. Nós temos tido muitas biometrias, afastamentos dos funcionários, da tripulação, do motorista, do cobrador, em função de assaltos, de pressões que as pessoas carregam ao viver um assalto. A ação integrada da Brigada com as empresas de ônibus tem sido o melhor e a mais eficaz medida para a diminuição dos assaltos nos ônibus. Depois de três semanas, depois da nossa última reunião, os números são bastante baixos nesse início de julho e final de junho, para a nossa alegria. E os encaminhamentos que tiramos dessa reunião são importantes encaminhamentos: primeiro, percebemos que tem que haver uma unificação, que a STS tem se reunido com os órgãos da Segurança em separado dos outros três consórcios: da Carris, da Conorte e da Unibus. Então, no dia 7 de agosto, na próxima reunião do Fórum do Transporte Seguro, faremos todo o esforço para que se unifique toda a Cidade. O outro encaminhamento é o estímulo à compra antecipada por Tri, criar mecanismos de estímulos para evitar ao máximo a presença de recursos financeiros dentro dos ônibus. Então, acho que é um bom movimento, a Câmara está mediando. A nossa intenção é que a população, os passageiros e a tripulação tenham segurança a partir da inteligência, da tecnologia e do diálogo entre os órgãos de segurança e as empresas de transporte coletivo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Vereadora.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, eu queria perguntar, inicialmente: será que a presença do Cristo nos ambientes como o nosso aqui da Câmara Municipal faz mal para alguém? Eu pergunto aos telespectadores, aos Vereadores, à Mesa Diretora se faz mal para alguém. Parece que há gente que diz que sim, que faz mal. Pois não é que o ilustre, inteligente e jovem Ver. Marcelo Sgarbossa, do Partido dos Trabalhadores, apresentou um Projeto de Resolução nesta Casa que pretende excluir da nossa Câmara, de todos os espaços da Câmara, inclusive, dos gabinetes dos Srs. Vereadores a presença de Cristo, do crucifixo ou de qualquer outro símbolo religioso? Eu fico muito triste com isso! O projeto não passa de uma reedição de outros já rejeitados no passado, com a mesma finalidade, Ver. Pujol, e merecedora do meu integral repúdio. Aparentemente, a intenção é a defesa da laicidade do Estado, só que argumentos são pobres, tanto na forma como no conteúdo, pecando pela falta de conhecimento e pela lógica, e também na sustentação jurídica.

Acho que a oposição ao crucifixo faz parte de um processo de aniquilamento dos valores cristãos, a médio e curto prazo, ou a longo prazo, que está nas mentes de um grupo que não representa do pensamento do povo brasileiro.

Eu vou tentar explicar a diferença, pela qual o ilustre Vereador colocou como justificativa, que é a preservação do Estado laico.

Laicidade é o reconhecimento da independência e da autonomia do Estado em relação a qualquer religião ou igreja concreta, conforme prevê o art. 19 da Constituição Federal.

Já, Ver. Pujol, o laicismo consiste numa ideologia totalitária, contra toda e qualquer manifestação religiosa no campo público, e atenta contra o disposto no art. 5º, também, da Constituição Federal.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero complementar V. Exa., e, ao mesmo tempo, dizer que concordo com as definições que V. Exa. apresenta, até porque elas são incoerentes entre si. O Estado laico não pode proibir todos que têm a fé cristã, toda a civilização cristã e ocidental, que é a base do desenvolvimento do mundo e da supressão de vários preconceitos. Este não vai prosperar! Pelo menos aqui, nesta Casa, nós não permitiremos.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Obrigado, Vereador. Justamente, eu tenho aqui uma decisão do Conselho Nacional de Justiça, Vereador, V. Exa., que é o Presidente da Comissão de Justiça. No dia 29 de maio do ano passado, foram julgados quatro pedidos de providência sobre o assunto dos símbolos religiosos, e o CNJ decidiu que tais símbolos não ferem a laicidade do Estado. Está clara a decisão do Conselho Nacional de Justiça; mas o povo, o que diz? Vamos ouvir, rapidamente, o antigo Vereador Paulo Sant'Ana, que diz assim (Lê.): “Não consigo entender como possam os crucifixos aviltar, molestar, prejudicar as pessoas que vão ter aos pretórios e não são cristãs. Jesus crucificado é o símbolo da maior injustiça que se cometeu na Terra. Por que não lembrar à Justiça a maior injustiça que os homens já cometeram? Outra coisa, desta vez mais importante: o Brasil nasceu sob o signo da cruz. Quando chegaram aqui os portugueses, trouxeram junto com suas caravelas os sacerdotes católicos. Em seguida ao Descobrimento, foi rezada a primeira missa, celebrizada, ao que me parece, na tela de Pedro Américo”. Assim, Sr. Presidente, concluo, lamentando, entristecido com esse projeto que pretende retirar os símbolos religiosos dos plenários e dos gabinetes e, inclusive, alterar a nossa Capela Ecumênica, que é um parâmetro para outras assembleias e câmaras. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores - pena que com um número muito reduzido de Vereadores; colegas funcionários desta Câmara, eu venho aqui discutir dois projetos. Antes, quero colocar à colega Mônica, que falou que o Governo, nos 20 minutos do segundo tempo, resolveu investir em Segurança pública: antes tarde a nunca. Uma outra situação que eu sempre ouço aqui é que a Polícia atua somente contra os jovens da periferia; eu já acho que a Polícia tinha que agir muito mais em cima do “colarinho branco”, do grande traficante, do político corrupto e dos seus corruptores. Dizer que a Polícia só atua contra os jovens da periferia é ir contra aquele jovem da periferia que, em vez de cometer crimes, levanta às 5h da manhã para ir trabalhar numa obra - esse jovem está buscando um futuro -, assim como eu que, aos 14 anos, trabalhava de

cobrador de ônibus. Agora, aquele que resolve traficar, ir para frente de uma escola traficar, matar, andar com uma metralhadora, como andam lá na Restinga, tem que ser atacado pela Polícia, sim.

Quanto ao projeto do meu querido colega Sgarbossa, estamos pintando ele como um ateu, um bandido, e, na verdade, o seu projeto tem a intenção de igualar, mesmo nos órgãos públicos, onde entram milhares de pessoas por dia, o sentimento de religiosidade, de respeito aos outros cultos. Eu sou católico, sou batizado na Igreja Católica, defendo aqui, por questão de ancestralidade, as religiões de matriz africana. Então, acho que é isso que o Marcelo quer trazer aqui, que não se faça a defesa de uma só religião, ou da imposição de uma minoria da sociedade. A sociedade então que termine com todos os atos que tenham uma indicação religiosa e que não façam como os jesuítas que, quando aqui chegaram, em cima de uma religiosidade, acabaram com a religião dos índios e dos negros.

Eu, como católico, vou votar contra. Na minha sala tem Buda; São Jerônimo, que é o Xangô; Cristo; três bíblias, inclusive a do Sabino. Acho que o Marcelo, pai da Sara, que é católico, irá aprofundar mais essa discussão. Todo debate é válido, mesmo com votos diferentes.

Também quero comentar o PLE nº 025/14, que institui o Plano Municipal de Cultura no Município de Porto Alegre. Este projeto já foi muito debatido, inclusive nas Comissões, e o pessoal que atua no Conselho foi de gabinete em gabinete. Ele institui uma política de cultura com base nos movimentos sociais, visando à transformação da realidade e defesa dos direitos culturais. Esse foi um tema muito debatido e já está lá no Governo; agora está vindo para a Câmara para que possamos acrescentar alguma coisa. Espero que todos votem favoravelmente, porque não vivemos só de comida e água, queremos também cultura e educação que é a base, a longo prazo, da Segurança pública. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h04min.)